

Collor pede a Zélia que libere verba a ianomami

MARA BERGAMASCHI

Da Sucursal de Brasília

Em despacho manuscrito, o presidente Fernando Collor, 41, determinou à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, 36, que opinasse "com urgência" sobre a liberação da verba para a retirada de cinco mil garimpeiros de terras ianomani, em Roraima. O despacho foi feito sobre um ofício do ministro da Justiça, Bernardo Cabral. O Ministério da Economia é o responsável pelo atraso da retirada dos garimpeiros da área ianomami, em Roraima, prevista para começar na primeira semana deste mês.

Desde o último dia 2, Collor repassou à ministra Zélia um pedido de liberação de Cr\$ 150 milhões para o Ministério da Justiça dar continuidade à operação ianomami. Até ontem, a verba não havia sido liberada.

A verba não chegou à Polícia Federal (PF) e à Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculados ao Ministério da Justiça. Com a ajuda do Ministério da Aeronáutica, os dois órgãos pretendem retirar os garimpeiros da reserva indígena e explodir as novas pistas de pouso clandestinas.

Todos os órgãos envolvidos na operação ianomami estão pressionando o Ministério da Economia. Ontem, foi a vez do secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, tomar conhecimento do atraso. Ele também

Pessoal da Funai não recebe apoio

OLYMPIO BARBANTI JR.

Enviado especial a Roraima

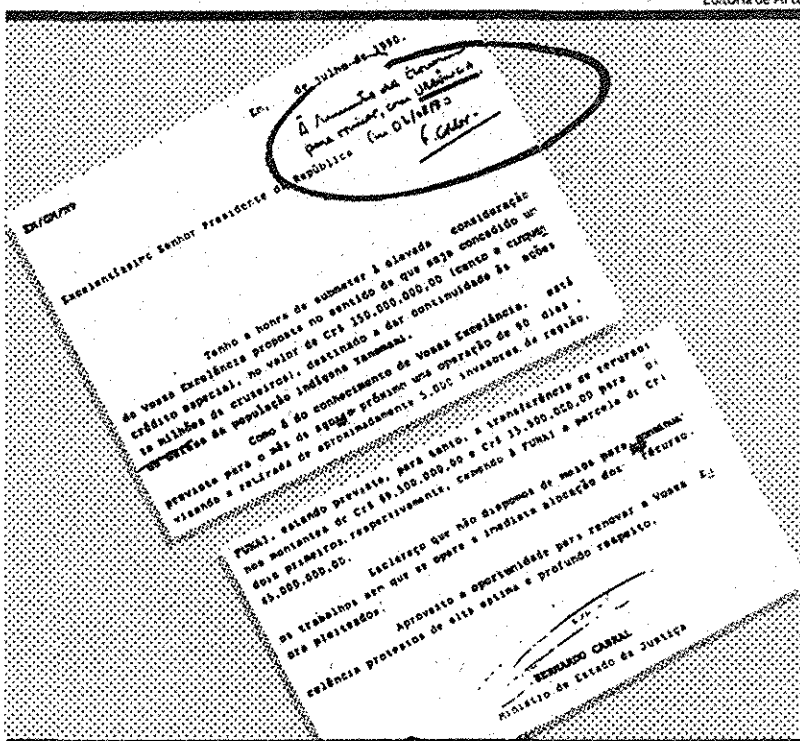
A Fundação Nacional do Índio (Funai) mantém atualmente na reserva ianomami 31 pessoas, entre funcionários e voluntários, sem as mínimas condições de alimentação. A última equipe de médicos e atendentes que retornou da área indígena, anteontem, passou cerca de 20 dias comendo apenas arroz e feijão carunchado. A informação foi confirmada pelo administrador da Funai em Roraima, João Nicolli Soares, 32. Segundo ele, o órgão, que pertence ao Ministério da Justiça, não recebe recursos suficientes para sua administração.

Em alguns casos a Funai fornece diárias de Cr\$ 500,00 às pessoas que vão para a reserva indígena. Esse dinheiro, em Boa Vista, compra apenas um quilo de carne. "Mas em quase a totalidade dos casos, a verba não está disponível antes de as pessoas viajarem", diz Nicolli Soares. Segundo ele, as pessoas que vão a campo permanecem entre 15 e 20 dias, em média, com os índios.

A missionária católica Gilda Maria Rauber passou 27 dias entre os ianomami. Comeu carne apenas um dia, quando os índios caçaram uma paca.

Essa situação foi camuflada para o ministro da Saúde, Alcení Guerra, que no dia 3 deste mês visitou as áreas ianomami junto às pistas garimpadas. No dia que o ministro passou por Paapuú, os funcionários e voluntários da Funai que lá estavam tinham apenas banana para comer.

Os 15 agentes da PF enviados para Boa Vista não têm dinheiro para comprar mantimentos a fim de passar alguns dias no interior, fiscalizando a garimpagem. Aliás, nem poderiam ir, porque o único helicóptero que dispõem, pertencente à Força Aérea Brasileira, está fora de operação há cinco dias, em manutenção.



Fac-símile do ofício de Cabral, com despacho de Collor (circundado)

prometeu fazer gestões para liberar os Cr\$ 150 milhões. Procurada pela Folha, a assessoria de imprensa do Ministério da Economia não respondeu porque o dinheiro não foi liberado.

De acordo com o documento enviado a Collor pelo ministro da Justiça, os US\$ 150 milhões serão divididos da seguinte forma: Cr\$ 89,5 milhões para o Ministério da Aeronáutica, Cr\$ 15,5 milhões para a PF e Cr\$ 45 milhões para a Funai. Cabral

argumentou ainda que seu ministério não dispunha de "meios para continuar os trabalhos sem que se opere a imediata alocação dos recursos ora pleiteados".

Enquanto esperam a liberação da verba, a Funai e a Polícia Federal mantêm dez policiais vigiando o posto Jeremias e a aldeia de Surucucus. A operação ianomami deverá durar 90 dias. O governo foi obrigado a retirar os garimpeiros por determinação do Ministério Público Federal.